

Pôster

**O PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO:
MAPEAMENTO DE ATOS LESIVOS E LEVANTAMENTO DAS AÇÕES
ADOTADAS PELO ESTADO**

Cristiane Cunha Silva Basques – UNB
Georgete Medleg Rodrigues – UNB

Resumo

A pesquisa de mestrado em ciência da informação busca identificar e descrever a proteção do patrimônio arquivístico brasileiro pelo Estado. O objetivo da pesquisa é mapear ações danosas ao patrimônio arquivístico noticiadas pela imprensa e verificar as medidas adotadas pelo órgão fiscalizador, tendo como recorte temporal o marco legal da publicação da Lei de Arquivo (8.159/91) até o ano de 2011. É uma pesquisa documental, de natureza quantitativa e qualitativa. Serão utilizados conceitos de informação arquivística, documento de arquivo, patrimônio cultural, patrimônio arquivístico memória e políticas públicas de preservação. O universo da pesquisa constitui-se de jornais impressos de grande circulação e *internet*; a legislação pertinente à proteção do patrimônio arquivístico; as atas e relatórios de atividades da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e o site do Arquivo Nacional. Os procedimentos metodológicos consistem em identificar nos jornais selecionados e na *internet*, com base em descritores previamente definidos, reportagens sobre ocorrências de atos lesivos aos documentos arquivísticos; identificar nos relatórios de atividades e nas atas de reunião da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal ações de defesa do patrimônio arquivístico e identificar no Arquivo Nacional se e como a instituição acompanha e divulga as ocorrências de atos lesivos ao patrimônio arquivístico. Neste pôster são apresentados resultados parciais do levantamento de dados nos jornais impressos e na *internet* e nos relatórios de atividades constantes no site da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal onde é possível observar que há um descompasso entre o que está ocorrendo com o patrimônio arquivístico e as ações de proteção promovidas pelo Estado.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Patrimônio Arquivístico. Políticas de Proteção. Ministério Público Federal. Arquivo Nacional.

Abstract

The research master's in information science seeks to identify and describe the archival heritage protection Brazilian state. The research objective is to map actions harmful to shareholders archival reported in the press and check the measures adopted by the supervisory body, with the time frame of the legal publication of the Archives Act (No. 8.159/91) by the year 2011. It is a desk research, quantitative and qualitative. Concepts will be used for archival information, document archival, cultural heritage, memory and archival heritage preservation policies. The research consists of large circulation newspapers and internet legislation relevant to the protection of the archival heritage, the minutes and reports of activities of the 4th Chamber of Coordination and Review of Federal Public Ministry and the website of the National Archives. The methodological procedures are to identify the selected newspapers and on the internet, based on

descriptors previously defined reports on occurrences of actions harmful to the archival documents, identify the activity reports and the minutes of the meeting of the 4th Board of Coordination and Review of the Public Ministry Federal defense actions and identify archival heritage at the National Archives if and how the institution monitors and disseminates the occurrences of actions harmful to the archival heritage. This poster presents partial results of the survey data in newspapers and on the Internet and reports of activities listed on the site of the 4th Chamber of Coordination and Review of Federal Public Ministry where it is possible to observe that there is a mismatch between what is happening with the archival heritage and protection actions promoted by the State.

Keywords: Cultural Heritage. Heritage Archives. Protection Policies. Federal Prosecutor. National Archives.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição Federal - CF de 1988, os documentos de arquivo são entendidos como parte integrante do patrimônio cultural do Brasil. A mesma CF define o papel do Estado, nas suas diversas instâncias, como responsável pela proteção do patrimônio cultural brasileiro, afirmando que o poder público, com o apoio da comunidade, “promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, art.216, § 1º). Três anos após a promulgação da nova CF, o dever de proteção especial aos documentos de arquivo como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação foi regulamentado pelo artigo 1º da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991¹, a nossa lei de arquivos, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Desta forma, o direito de acesso às informações contidas nos documentos de arquivo, expresso na CF de 1988 e pela Lei nº 8.159/91, como um direito fundamental que visa a instrumentalizar o exercício da cidadania, impõe ao Poder Público o dever de proteção especial e, como medida coercitiva, imputa responsabilidade àquele que praticar conduta e atividade lesivas aos documentos. No seu artigo 25, a Lei nº 8.159 afirma que “ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa [...] aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social” (BRASIL, 1988). Tais dispositivos fornecem os meios legais

¹ Em 18 de novembro de 2011 foi publicada a Lei nº 12.527 regulamentando o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; alterando a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revogando a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. A lei trata sobre aplicabilidade, as diretrizes para assegurar o direito de acesso, principais conceitos e dever do Estado de garantia do acesso, significando um importante passo para a consolidação democrática do Brasil por meio da transparência pública.

para efetivação da proteção dos documentos de arquivo. Entretanto, aparentemente, eles não são garantia de sua ideal e efetiva aplicação e fiscalização, uma vez que são frequentes as notícias nos meios de comunicação sobre o descuido com os documentos públicos, que vai de furtos a enchentes e incêndios, como podemos constatar pesquisando o assunto.

A partir dessas questões centrais norteamos a pesquisa, cujo objetivo é mapear ações danosas ao patrimônio arquivístico, verificando as medidas adotadas pelo órgão fiscalizador, tendo como recorte temporal a publicação da Lei 8.159/91 até 2011. Outro objetivo é também verificar o papel do Arquivo Nacional - AN no acompanhamento e divulgação das ações lesivas ao patrimônio arquivístico.

A pesquisa situa-se no entrecruzamento da Ciência da Informação, da Arquivologia, da História e do Direito, pois trata fundamentalmente sobre a importância, a necessidade e a função do Estado em proteger e preservar a informação arquivística pública, como material de memória coletiva e como instrumento de identidade, de prova e de geração de novos conhecimentos. Serão utilizados os conceitos de informação arquivística, documento de arquivo, patrimônio cultural, patrimônio arquivístico memória e políticas públicas de preservação para subsidiar análise dos dados da pesquisa, utilizando como referência os seguintes autores: Le Goff (2012), Fonseca (2009), Silva (2008), Miranda (2006), Zúñiga (2002), Jardim (1995, 2006) e Choay (1992).

Os procedimentos metodológicos consistem em identificar nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Correio Braziliense e na *internet* reportagens sobre ocorrências de condutas e atividades lesivas aos documentos arquivísticos, no período de 1991 a 2011, usando os seguintes descritores associados a “arquivo” e “documento”: eliminar, destruir, extraviar, furtar, roubar, incinerar, inutilizar, queimar, enchente, umidade, chuva, sinistro e incêndio. Em cada reportagem identificada serão extraídos e quantificados os seguintes dados: fonte, autor, data, tipo do documento, tipo da ocorrência, instituição, localização. Os dados serão sistematizados em planilha específica.

Em seguida, iremos identificar nos relatórios de atividades e nas atas de reunião da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão - 4ª CCR² do Ministério Público Federal -

² A 4ª CCR é responsável pela coordenação de ações de defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural brasileiro, dispondo de uma equipe constituída de analistas periciais e assessores, com formação multidisciplinar em diversas áreas do conhecimento que atuam em tarefas especializadas na realização de

MPF, disponível em seu site, o quantitativo de ações de investigação abertas sobre condutas e atividades lesivas aos documentos arquivísticos públicos, bem como verificar a forma de acompanhamento dos procedimentos instaurados. Serão analisados os relatórios de atividades dos anos de 2000 a 2011 e as atas de reunião dos anos de 2001 a 2011 e os dados serão sistematizados em quadros e tabelas.

O AN possui, dentre as suas competências, o dever de proteger o patrimônio documental do Poder Executivo Federal. Assim, um dos objetivos de nossa pesquisa será também o de identificar se a instituição tem a atribuição de acompanhar e divulgar os atos lesivos ao patrimônio arquivístico. Em caso positivo, verificar se a instituição, a exemplo do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Instituto Brasileiro de Museus, possui algum canal de denúncias, de acompanhamento e de divulgação das medidas adotadas, bem como cadastro discriminando os acervos documentais que sofreram danos e possíveis parcerias da instituição com o MPF.

2 AÇÕES LESIVAS AO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO E ATUAÇÃO DA 4ª CCR: DADOS PRELIMINARES

No quadro e na tabela a seguir, apresentamos os dados preliminares com base nas reportagens dos jornais selecionados e na *internet* e nas estatísticas contidas nos relatórios de atividades da 4ª CCR.

Quadro I - Notícias veiculadas nos meios de comunicação sobre ocorrências de condutas e práticas lesivas aos documentos arquivísticos

Fontes de informação	Número de reportagens	Período	Instituições	Estados da Federação	Tipos de acervos	Tipos de ocorrências
Jornal Correio Braziliense	10	2009-2011	Universidade, Escola, Cartório, Câmara Municipal.	DF, AL, MG, RJ.	Documentos textuais relacionados a ditadura, alunos e assuntos administrativos.	Documentos furtados, incinerados, queimados, destruídos pela chuva.
Folha de S. Paulo	26	1991-2012	Museu, Prefeitura, Ministério, Tribunal.	DF, SP, SC, BA, CE, PR.	Documentos textuais relacionados ao regime militar, ditadura, provas e assuntos administrativos.	Documentos incinerados, destruídos por cupins, chuva, incêndio, extraviado, eliminados indiscriminadamente.
Jornal do Brasil	6	2008-2012	Universidade, Prefeitura.	SC, SP, RJ.	Documentos textuais relacionados a dissertações e teses, ditadura e	Documentos extraviados, incendiados, roubados.

perícias e exames necessários às atividades institucionais, abarcando com uma das áreas de atuação: o patrimônio documental ou arquivístico.

					assuntos administrativos.	
O Estado de S. Paulo	7	2002-2011	Prefeitura, Câmara Municipal, Tribunal.	RS, MA, SP, BA.	Documentos textuais relacionados a processos de obras, assuntos administrativos, ditadura e forças armadas.	Documentos jogados no rio, incendiados, roubados.
O Globo	17	2006-2012	Defensoria Pública, Ministério, Museu Universidade, Tribunal.	RJ, MG, DF, SP, PA, RO.	Documentos textuais relacionados a assuntos administrativos, prontuários e ditadura.	Documentos eliminados indiscriminadamente, rasgados, extraviados, queimados, incinerados, desaparecidos, destruídos por mofo e enchente.
Internet	38	1998-2012	Cartório, Prefeitura, Ministério, Secretaria Estadual.	AL, MS, DF, BA, PR, SP.	Documentos textuais relacionados a assuntos administrativos, e imóveis.	Documentos jogados no lixo, destruídos pela chuva, incinerados, queimados, roubados.

Fonte: Elaboração própria com base nos jornais (Correio Braziliense, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e O Globo) e *internet*.

Tabela I - Quantitativo de Procedimentos Administrativos apreciados e julgados pela 4ª CCR/MPF

Ano	Quantidade de processos relatados	Quantidade de Processos sobre Meio ambiente e Patrimônio Cultural			Quantidade de processos com promoção de arquivamento
		Meio Ambiente	Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico, Paisagístico, Imaterial, Natural, dentre outros.	Documentos	
2000	303	192	20	0	212
2001	584	417	70	0	487
2002	802	526	101	0	627
2003	612	388	46	4	438
2004	755	461	65	1	527
2005	671	401	62	1	464
2006	695	374	61	0	435
2007	507	286	33	1	320
2008	1.271	840	131	4	975
2009	2.075	1.333	201	2	1.536
2010	2.462	1.731	166	3	1.900
TOTAL	10.737	7.485	982	16	8.483

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios de Atividades da 4ª CCR/MPF.

3 ANÁLISE DOS DADOS

A inclusão do documento de arquivo no conjunto do patrimônio cultural brasileiro, o dever de sua proteção imputando responsabilidade coercitiva com vistas à garantia da memória e do acesso às informações, foram medidas, de certa forma,

vanguardistas. Entretanto, por mais que a Carta Magna conceba o patrimônio cultural brasileiro de forma abrangente, a proteção é privilégio atribuído, de fato, somente a alguns bens pertencentes ao rol do patrimônio cultural nacional. Isso pode ser constatado pelas notícias veiculadas na imprensa e na *internet* (Quadro I) e nos procedimentos administrativos apreciados e julgados pela 4ª CCR constantes nos seus Relatórios de Atividades (Tabela I).

Os dados do quadro mostram a recorrência do descuido com os documentos arquivísticos e demonstram também que são vários os tipos de ocorrências, desde destruição de natureza acidental ou proposital, a roubos. Essas ocorrências atingem instituições diversificadas e em diversas unidades da federação, em especial os grandes centros. Quanto aos tipos documentais, as ocorrências registram predominantemente documentos textuais.

Os dados da tabela mostram um percentual elevado de procedimentos julgados com promoção de arquivamento. Os procedimentos voltados para o meio ambiente são bem mais numerosos em comparação com aqueles que tratam do patrimônio cultural. Nestes, predominam os de natureza arqueológica, paisagística, imaterial, natural, edificado, dentre outros, sendo o “documental” de pequena soma, muito embora sejam recorrentes, como vimos no quadro, os relatos e reportagens sobre destruição de documentos públicos.

Segundo a observação realizada, é possível a percepção de resultados, ainda que parciais, mas de considerável relevância para os horizontes da pesquisa, pois se identifica que há um descompasso entre o que está ocorrendo com o patrimônio arquivístico e as ações de proteção promovidas pelo Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 10 jul. 2012.

_____. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em 10 jul. 2012.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

_____. Políticas públicas arquivísticas : princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006.

LE GOFF. Jacques. **Memória e história**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MIRANDA. Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro**: doutrina, jurisprudência, legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/relatorios/relatorios>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.

ZÚÑIGA, Solange Sette Garcia de. **Documentos como objeto de políticas públicas em preservação e o acesso à informação**: o caso das bibliotecas e arquivos. Brasília: IBICT, 2005.